UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DE PARÁ
UNIFESSPA
INSTITUTO DE ESTUDOS DE DIREITO E SOCIEDADE
IEDS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS DE MARABÁ

ADRIANO GUIMARÃES DE OLIVEIRA

**DANOS EXISTENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:
Como são elaboradas as sentenças judiciais aplicando esse conceito doutrinário?**

UNIFESSPA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DE PARÁ
UNIFESSPA
INSTITUTO DE ESTUDOS DE DIREITO E SOCIEDADE
IEDS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
CAMPUS DE MARABÁ

ADRIANO GUIMARÃES DE OLIVEIRA

**DANOS EXISTENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:
Como são elaboradas as sentenças judiciais aplicando esse conceito doutrinário?**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Estudos de Direito e Sociedade da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Heraldo Elias Montarroyos

UNIFESSPA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Oliveira, Adriano Guimarães de

Danos existenciais na justiça do trabalho: como são elaboradas as sentenças judiciais aplicando esse conceito doutrinário? / Adriano Guimarães de Oliveira ; orientador, Heraldo Elias Montarroyos. — 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Estudos em Direito e Sociedade, Faculdade de Direito, Curso de Bacharelado em Direito, Marabá, 2017.

1. Direito do trabalho. 2. Hermenêutica (Direito). 3. Juízes - Decisões. 4. Sentenças (Justiça do trabalho). I. Montarroyos, Heraldo Elias, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDDir: 4. ed.: 342.6

ADRIANO GUIMARÃES DE OLIVEIRA

DANOS EXISTENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO:

Como são elaboradas as sentenças judiciais aplicando esse conceito doutrinário?

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Estudos de Direito e Sociedade da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Direito.

Marabá, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Heraldo Elias Montarroyos

Prof^a. Rejane Pessoa de Lima

Prof^a, Andrea Bassalo Vilhena Gomes

Aprovado em: _____ / _____ / _____.

Conceito: _____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, que edificaram os pilares que me sustentam até os dias de hoje.

À minha esposa e melhor amiga pelo companheirismo durante toda essa jornada e, sobretudo, pela paciência durante a construção deste trabalho.

Aos meus amigos de classe por me alegrar cotidianamente e atenuar a estressante e cansativa rotina acadêmica.

Ao meu chefe pela sempre tamanha compreensão nas ausências do ambiente de trabalho para a participação em atividades da Universidade.

Ao meu orientador por nortear, com brilhantismo, os rumos deste importante trabalho.

A todos que, de forma direta ou indireta, tornaram possível a realização deste objetivo.

Por fim, a Deus por estar sempre iluminando meu caminho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
2 O CONCEITO DE DANOS EXISTENCIAIS	7
2.1 CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO	8
3 PROBLEMÁTICA DO DANO EXISTENCIAL E DE SUA EXTENSÃO	12
4 ESTUDOS DE CASO.....	17
4.2 SENTENÇA Nº 2	20
4.3 SENTENÇA Nº 3	23
4.4 SENTENÇA Nº 4	27
4.5 SENTENÇA Nº 5	29
4.6 SENTENÇA Nº 6	32
4.7 SENTENÇA Nº 7	36
4.8 SENTENÇA Nº 8	39
5 DISCUSSÃO	42
6 CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa hermenêutica pretende analisar algumas sentenças da Justiça do Trabalho da 8ª região, procurando descobrir, metodologicamente, se existe convergência ou divergência - formal e substancial - entre as estruturas de raciocínio desenvolvidas pelos juízes quando utilizaram o mesmo conceito de danos existenciais. O objetivo específico dessa pesquisa é testar um roteiro programático que direcione a investigação empírica através das categorias: ontologia, metodologia, axiologia, teoria, práxis e contexto espaço-temporal (MONTARROYOS, 2010); buscando descobrir desse modo a convergência ou divergência entre as sentenças trabalhistas que usam o conceito de danos existenciais.

Na metodologia dessa pesquisa, a ontologia representa a essencialidade do conceito de danos existenciais. Nessa primeira categoria, devem ser admitidos dois graves problemas ontológicos, que são os danos à vida de relações e ao projeto de vida do trabalhador. A metodologia inclui, por sua vez, métodos e técnicas que possibilitam visualizar as oportunidades perdidas pelo trabalhador. Na sequência, a axiologia reúne os valores éticos, a responsabilidade moral do patrão, a dignidade da pessoa e da sociedade humana.

A teoria implica, por sua vez, a divisória entre os danos morais e os danos existenciais. A práxis oferece como instrumento prático de valoração da multa o critério da proporcionalidade. Por último, o contexto representa a sociedade capitalista que incentiva a exploração desenfreada e a preponderância do princípio da eficiência.

Como resultado da aplicação desse roteiro, essa pesquisa mostra que: 1º) existe uma convergência formal entre as sentenças na Justiça do Trabalho da 8ª região, usando o conceito de danos existenciais, fenômeno esse diagnosticado criteriosamente por meio das categorias de base desse estudo; 2º) além disso, constatou-se que existe uma convergência substancial entre as sentenças, visualizada na dinâmica das categorias através do discurso existencialista.

O roteiro programático desse estudo é bem-sucedido na composição do diagnóstico institucional das sentenças trabalhistas, descobrindo criteriosamente a estrutura de raciocínio formal e substancial sobre diferentes casos e argumentações jurídicas. Essa convergência em nossa avaliação é progressiva ou favorável ao conceito de danos existenciais, uma vez que fortalece o seu entendimento doutrinário na prática social da Justiça do Trabalho da 8ª região.

2 O CONCEITO DE DANOS EXISTENCIAIS

Dois parâmetros são fundamentais na composição dos danos existenciais: o prejuízo à vida de relações e também ao projeto de vida, intelectual ou profissional, por exemplo.

De um lado, o trabalhador deixa de compartilhar momentos significativos da vida familiar e social. De outro lado, a intervenção abusiva do patrão, impondo um estilo de trabalho imediatista e segregador, prejudica o progresso profissional e intelectual do empregado dentro e fora do horário de trabalho dominante da empresa.

Alguns doutrinadores e o TST (Tribunal Superior do Trabalho) avaliam que não basta a comprovação de uma jornada excessiva de trabalho, devendo a parte carrear aos autos uma prova específica do dano, enquanto outros doutrinadores, tribunais regionais e magistrados entendem que o dano existencial é evidente quando se comprova materialmente, no processo, uma jornada de trabalho exaustiva.

O dano existencial difere do dano moral porque se verifica em todas as ausências sociais da vítima em momentos importante da família e sociedade, acarretando ao trabalhador a impossibilidade de interagir e de executar tarefas relacionadas às suas necessidades básicas, tais como cuidar da própria higiene, da casa, dos familiares, praticar esportes e lazer, etc.; enquanto o dano moral pertence à esfera interior ou psicológica da pessoa (SOARES, 2009, p.99).

A condenação por reparação de dano existencial, segundo Rúbia Alvarenga e Jorge Boucinhas Filho (2016), deve considerar a dimensão do dano e a capacidade patrimonial do lesante. O quantum indenizatório deve ser considerável à economia do ofensor a ponto de desestimular a reincidência, porém não pode comprometer a eficiência e a saúde da empresa (ALVARENGA; BOUCINHAS FILHO, 2016).

No Código Civil encontram-se vários fundamentos de reparação do dano existencial nos seguintes termos:

No artigo 12, caput: “Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar-se perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”;

O artigo 186 declara, por sua vez, que: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”;

O artigo 927 do Código Civil destaca que: “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”;

O artigo 948 prevê que: “No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações [...]”;

O artigo 949 especifica que: “No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até o fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido” (ALMEIDA NETO, 2015, p.35).

2.1 CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO

O critério ontológico declara que existe algo essencial no debate dos danos existenciais que é o prejuízo causado ao trabalhador impedido nesse caso de estar no Mundo e de realizar projetos outros que poderiam lhe proporcionar algum progresso existencial.

Na linguagem doutrinária, os danos existenciais são os danos causados à vida de relações e ao projeto de vida do trabalhador. Diante desse problema, o juiz observa a gravidade dos fatos sobre a qual incidirá a sua interpretação essencial a respeito da injustiça cometida pelo patrão. Pelo critério ontológico a meta é promover um equilíbrio existencial entre o Mundo e o Trabalho.

Segundo Abbagnano, o gozo da vida, o bem-estar, o aprofundamento religioso, entre outros, são atitudes humanas a procura de um estado, de um modo de ser. O homem procura um complemento. Procura ser, mas isso depende do estar no mundo (MORI, 2014).

A existência, visão de Abbagnano, implica necessariamente uma coexistência, que pode ser de concordância ou divergência, cooperação ou luta, mas que é necessária a definição do eu. As relações sociais e seu caráter dialético fazem parte da estrutura da existência. O eu e o outro se definem simultaneamente (MORI, 2014).

A coexistência é principalmente a existência com outros seres humanos e Natureza mas também a existência com as coisas, uma vez que a compreensão de sentido de existência do homem em relação com o mundo não pode ser compreendida somente como relação com à comunidade, mas também com a natureza, segundo Abbagnano (MORI, 2014).

A lesão à existência do indivíduo se dá exatamente quando se retira do homem a possibilidade de se relacionar com o mundo e de realizar as escolhas que o definem.

Abbagnano explica ainda que o dano existencial implica um não fazer, consistente no impedimento de a pessoa natural continuar a desenvolver as atividades que lhe davam prazer, realização e definição pessoal. Ele é uma afetação negativa, total ou parcial, permanente ou temporária, à existência, levando o sujeito a uma renúncia involuntária das atividades cotidianas

(atividades afetivas, culturais, educacionais, alimentícias, religiosas, etc) e das específicas relações do próprio ser e da própria personalidade (MORI, 2014).

Não se condiciona o dano existencial à presença de efeitos deletérios de cunho econômico, biológico, estético, mas sim a ofensas à liberdade de escolha e à continuidade de um projeto de vida que a pessoa elaborou para sua realização como ser, conforme nos ensina Fernanda Bião e Hidemberg Frota (2011).

Liberdade significa para o homem se efetivar na possibilidade de relação com o ser. Consoante Abbagnano, opostamente, não ser livre significa perder aquela possibilidade e, assim, tornar dispersiva a existência. (MORI, 2014).

Quando o empregador impede o exercício da liberdade do empregado, prejudicando a possibilidade de seguir suas escolhas livres e de executar um projeto de vida, causa-lhe um dano.

O resultado desse dano é um colapso psicossomático – com consequências que se protraem no tempo – de tamanha proporção que suscita um vazio existencial no trabalhador, ocorrendo a perda do sentido da existência, sendo obrigado o trabalhador a resignar-se com o seu futuro. Submetido a renúncias diárias, o trabalhador vê-se lesado na busca de sua fonte de gratificação vital, perdendo sua qualidade de vida, o que catalisa a modificação in pejus da sua personalidade, eis que é obrigado replanejar sua vida e relacionar-se de um modo diferente com a sociedade, em face das limitações impostas pelo dano (BIÃO; FROTA, 2011).

Na sequência, o critério metodológico propõe a dialética entre dois extremos: o subjetivismo intuitivo e a racionalidade do juiz. De um lado, o juiz pode optar pelo racionalismo cartesiano e acreditar que tudo deve ser provado. Agindo dessa forma o julgador entenderá que os registros materiais e as testemunhas são os elementos decisivos e suficientes para a comprovação objetivista do dano existencial, o que poderia resultar, obviamente, em uma interpretação restritiva do conceito de danos existenciais no caso concreto, visto que quando se fala em dano existencial as provas do passado não são o único termômetro ou espelho para se avaliar o sentido e o alcance dos danos existenciais no tempo presente e futuro.

Outro caminho a ser trilhado pela sentença do Juiz é subjetivista, nesse caso, predomina a sensibilidade independentemente do conjunto probatório disponível nos autos do processo. Nessa situação, o juiz percebe que houve danos existenciais pelo simples fato de ter havido excesso de carga horária de trabalho.

Além desses dois extremos, onde há o intuitivismo com a presunção dos danos e o cartesianismo que exige prova de tudo que se declara, existe também um outro caminho que pode caracterizar a completude existencialista do conceito de dano existencial, integrando as

informações materiais do passado e a intuição do juiz a respeito de como será o futuro existencial desse trabalhador, que extrapola obviamente os limites materiais do processo, aqui-agora. Nesse sentido, a verificação da conduta danosa e a sua reparação incluirão além do trinômio dano, nexo causal e culpa, um outro elemento: o nexo virtual.

A conexão entre a atividade desenvolvida pelo trabalhador e o fato lesivo narrado no processo judicial muitas vezes não leva o julgador a exata compreensão do dano causado à existência do indivíduo. Nesse sentido, o magistrado poderá considerar por meio de uma projeção intuitiva que os registros materiais e testemunhais sugerem uma dialética entre o passado, o presente e o futuro, projetando-se conseqüentemente os nexos virtuais entre: 1- a realidade representada no processo judicial, 2- o fracasso das vivências pessoais; 3- e o projeto de vida que poderiam ser experimentados caso não tivesse sofrido a interferência ilícita pelo empregador.

O critério axiológico, por sua vez, utiliza a razoabilidade para determinar se o projeto de vida idealizado pelo trabalhador, sacrificado pelo ato lesivo, é minimamente coerente com os meios adotados por ele, até então. Ou seja, no sistema de valores do trabalhador existe uma conexão entre certas metas e meios morais. Além da verificação dessa razoabilidade entre meios e fins, o Juiz também deve levar em conta a perspectiva ética pessoal do trabalhador, na busca do seu bem-estar. Também no sistema de valores desse conceito não se pode esquecer da dignidade da pessoa e da sociedade humana como dois ideais transcendentais. Ainda, chama a atenção a responsabilidade humana do patrão e da empresa, no sentido de que eles devem proteger os seus empregados de possíveis abusos capitalistas.

Pelo critério teórico, mais adiante, o juiz faz uma distinção entre o dano moral e o dano existencial, sendo o primeiro causador de lesões psicológicas e o segundo gerador de lesões sociológicas, que são fundamentadas através das oportunidades perdidas envolvendo passado, presente e futuro.

O critério da proporcionalidade, como critério prático de solução judicial do problema, determina uma quantia suficiente para compensar a privação sofrida pelo trabalhador e desestimular a reincidência pelo empregador, sem o onerar excessivamente o último e enriquecer o primeiro, ou seja, a vítima; tudo isso deve garantir a observância dos princípios da liberdade, eficiência e responsabilidade civil.

Por último, o critério contextual indica que o juiz observará o direito de “estar no Mundo”, considerando que o dano existencial é resultado de atitudes que impedem o trabalhador de se relacionar e conviver com sua família e a sociedade. Também o juiz critica

o sistema capitalista selvagem, onde impera a ambição do capital e do patrão, que compromete o ideal de um trabalho decente.

3 PROBLEMÁTICA DO DANO EXISTENCIAL E DE SUA EXTENSÃO

Ponto de divergências e que gera insegurança nas decisões trabalhistas acerca de dano existencial é a confusão entre a prova do dano existencial em si e a prova de extensão desse dano, razão pela qual abordaremos essa temática a fim de esclarecer as diferenças com o intuito de realizar uma análise mais profunda das sentenças

O dano existencial está relacionado à prejudicialidade do gozo da vida de relações ou à frustração ao projeto de vida.

Ao longo da vida, as pessoas estabelecem relações com outras pessoas, animais, natureza e até mesmo a coisas, bem como criam expectativas e desenham planos a respeito de sua vida no futuro. Esse conjunto de situações não têm valor econômico imediato, mas possuem significado próprio e especial para a pessoa, pois são elas que afirmam sua existência num mundo e constroem o seu ser.

No que toca à seara trabalhista, o dano existencial, consiste no impedimento, pelo empregador, ao livre convívio social e afetivo do trabalhador, bem como de continuar o exercício das etapas do processo de desenvolvimento de seu projeto de vida.

A forma mais comum de se ofender à existência do trabalhador e que será evidenciada na análise das sentenças desta pesquisa é a exploração exagerada das horas de trabalho.

Os trabalhadores são postos a trabalhar muitas vezes por horas que extrapolam e muito os limites legais de jornada, tanto os diários como os semanais, sem gozar folgas semanais, folgas para almoço, e, até mesmo, sem gozar férias.

Tais limites são normas de saúde e segurança do trabalhador, de ordem pública, cogentes, que visam proteger a higidez mental, bem como resguardar o convívio social do trabalhador fora do ambiente de trabalho, inclusive sujeitas à multa do Ministério do Trabalho sua infração.

O problema que se verifica nas decisões trabalhistas, inclusive no âmbito do TST, é a confusão entre as provas da caracterização do dano existencial e da extensão desse dano.

A fim de fazer a correta distinção acerca das provas do dano e de sua extensão, recorrer-se-á, primeiramente, a outro tipo de dano extrapatrimonial: o dano moral.

Suponha-se que certo trabalhador ajuíze uma reclamação trabalhista alegando que, durante os 02 anos de contrato de trabalho com certa empresa, seu empregador, durante todas as reuniões mensais, chamava-o de “Piquitinho”, diante de todos os outros colegas de trabalho, colocando-o na frente dos outros e dizendo “Vocês querem vender muito e poder crescer dentro

da empresa ou querem ficar nessa “pitica” de venda e ser assim igual ao “Pitiquinho”?”; que o apelido se dava porque ele era o vendedor que menos vendia e por isso tinha esse apelido; que se sentia humilhado envergonhado, magoado, não suportando mais esse tipo de referência pela empresa; que, em razão disso, ele estava requerendo reparação (indenização) pelo dano moral sofrido.

Nesse caso, o trabalhador deveria provar ao Juízo, através de provas testemunhais, fotografias, vídeos etc, que aquela situação, de fato, ocorria. Caberia ao Juiz, diante das provas produzidas, utilizar-se de critérios para definir se aquela situação, provada, realmente havia causado um dano moral ao trabalhador.

O que cabe ao trabalhador é provar os fatos, que, no caso, é situação a que estava submetido. Porém, dizer se aquela situação, era vexatória, humilhante, danosa ao trabalhador cabe ao magistrado.

Agora, imaginemos uma situação semelhante, porém em que além dos elementos narrados pelo trabalhador, ainda alegue que, em razão do sofrimento causado pela conduta da empresa, entrou em profunda depressão, tendo que ser acompanhado por especialistas frequentemente; que passou a usar remédios fortes; que inclusive tentou suicídio.

Caso o reclamante consiga provar todos os fatos alegados (a situação do apelido e referência nas reuniões, o uso de medicamentos, o acompanhamento por médicos, a tentativa de suicídio etc), o juiz, da mesma forma que na primeira situação dada, é que deverá verificar se a situação vivida pelo trabalhador, de fato, era humilhante, vexatória.

Em ambos os casos apresentados, o reclamante apresenta um fato ocorrido na empresa e alega que aquele fato era humilhante, causando um dano moral.

Porém, no segundo caso, nota-se uma diferença em relação ao primeiro.

Para entendermos a diferença, inicialmente, cabe salientar que dano nada mais é do que um machucado, uma ferida. Como toda ferida, umas são mais profundas, outras são menos profundas.

No primeiro caso, o Juiz analisará se a conduta praticada pela empresa foi suficiente para “machucar” o trabalhador, ou seja, se foi suficiente para lhe causar humilhação, para lhe causar um dano moral. Se entender que sim, ele julgará procedente o pedido e fixará uma quantia indenizatória X, tendo em vista a profundidade desse “machucado”.

No segundo, o Juiz agirá da mesma maneira, porém, na hora de fixar a quantia indenizatória, ele, avaliando as provas de uso de medicamentos, acompanhamento médico, tentativa de suicídios, fixará a quantia indenizatória em 3X, pois o trabalhador provou que esse machucado foi nitidamente mais profundo do que o outro.

Nota-se que em ambos os casos para a caracterização do dano, o magistrado só precisou averiguar se a conduta praticada pela empresa foi suficiente para machucar, lesar, causar um dano mínimo ao trabalhador.

No entanto, na hora de estabelecer o valor da quantia indenizatória, o Juiz teve que verificar uma série de situações (uso de medicação, acompanhamento médico, tentativa de suicídio) que definiam a profundidade desse machucado, dessa lesão. É justamente essa profundidade da lesão que chamamos de extensão do dano.

Nesse sentido é o art. 944, caput, do Código Civil, que também se aplica ao dano existencial, que dispõe que “A indenização mede-se pela extensão do dano.”

Compreendido esse aspecto sob ponto vista do dano moral, partimos para entender sua aplicação no dano existencial.

Imagine-se, agora, a situação em que o trabalhador ajuíza uma ação trabalhista, onde alega que trabalhou por 3 anos em uma empresa; que, nesse período, trabalhou todos os dias, em uma jornada de trabalho de 08:00h às 24:00h, sem folga semanal e sem folga regular para almoço durante todo o período, sem gozar férias; que esse excesso de trabalho impediu sua vida de relações; que, em razão disso, requer a indenização por dano existencial.

No presente caso, assim, como nos exemplos de dano moral, o juiz terá que analisar se esse excesso de trabalho foi suficiente para impedir a vida de relações do trabalhador.

Como pontuado anteriormente, as normas concernentes à jornada de trabalho são normas que visem tutelar a saúde e a segurança do trabalhador, bem como resguardar a sua “vida fora do trabalho”.

O homem é um ser social, que precisa do convívio com seus familiares, amigos e demais pessoas, a fim de que, através de convergências e divergências, construa seu *ser*. Também há necessidade de se relacionar com a natureza e com o mundo, praticar sua fé, desfrutar do seu lazer, estudar etc, com a intenção de que, juntamente com a construção do seu *ser*, fixe sua existência no mundo e, fundamentalmente, participe da construção da existência dos demais.

A Constituição Federal, a CLT e as demais leis trabalhistas estabelecem limites de 8 horas de trabalho por dia, inclusive estabelecendo as hipóteses e o máximo de jornada extraordinária de 2 horas diárias, garantem gozo mínimo de 01 hora de intervalo para refeição, direito a 30 dias de férias, bem como um intervalo mínimo de 11 horas entre o fim de uma jornada e o início de outra.

Comparando-se as normas trabalhistas com a jornada de trabalho imposta pela empresa, o Juiz verificará que há um descumprimento em exagero dos limites impostos pelas leis,

fazendo com que o trabalhador exerça uma jornada laboral demasiadamente cumprida e desgastante, passando praticamente todo o seu tempo à disposição do empregador.

Se o trabalhador passa todo tempo no trabalho, e, nem mesmo lá, goza de um período de folga, ele não consegue exercer sua liberdade social, usufruir de sua “vida fora do trabalho”, impedindo-o, assim, de ir à praia, ir à igreja, caminhar na natureza, ler um bom livro, assistir a um filme, brincar com os filhos, conversar com os amigos, ouvir como foi o dia da esposa, jantar com os pais, e sequer poderia pensar em estudar, capacitar-se, buscando uma realização profissional futura. Enfim, não consegue construir ou transformar seu ser, não consegue existir.

E se esse trabalhador que ingressou com a reclamação pedindo indenização por um suposto dano moral não tivesse família, não gostasse de praia, não tivesse religião etc.?

Segundo Romualdo Santos (2009), é necessário considerar que as pessoas não são iguais e que não são idênticos os relacionamentos que mantêm com as demais pessoas.

As pessoas têm relações sociais, hábitos e modos de vida diferentes, mas os têm. Não é porque uma pessoa não tem muitos amigos que podemos dizer que esse tempo todo à disposição da empresa não a atrapalhará em seu processo constante de existir. Às vezes ela não tem muitos amigos, mas desenvolve um blog na internet e a alimentação deste é o que fomenta seu processo de existência, ou outra pessoa que o que dá sentido à sua vida é a leitura constante de boas obras literárias.

Independentemente das atividades, relações e projetos que dão sentido à vida e participam da construção do ser, o fato é que com o cumprimento da carga de trabalho excessiva, em desrespeito, inclusive, às disposições legais, com extrapolação de todos os limites, ela não conseguirá desenvolvê-las. E não conseguiria por um único motivo: se estão em um lugar, não podem, obviamente, estar em outro ao mesmo tempo.

No caso exemplificado, então, se o trabalhador consegue provar a jornada alegada na sua petição inicial, sendo constatado que ele passa praticamente todos o tempo à disposição do empregador, é evidente, até mesmo pelas leis da física, que ela não consegue estar se relacionando, usufruindo de sua vida de relações. Sendo assim, o juiz considerará que o fato (jornada de trabalho excessiva/ tempo em demasia à disposição da empresa) é suficiente para “machucar”, lesar sua vida de relações no sentido amplo e, por consequência, caracterizar o dano à sua existência, ainda que um dano mínimo, fixando um valor X de indenização.

Porém, da forma como realizamos no exemplo do dano moral, imaginemos um segundo caso, em que, além das alegações já colocadas, o trabalhador também alegasse e conseguisse provar que, em razão dessas jornadas excessivas na empresa e seu afastamento do convívio

social, seu casamento acabou, não conseguiu ir à formatura de seu filho e seu pai faleceu sem que ele conseguisse o visitar no hospital antes do óbito.

Nesse segundo exemplo, o Juiz agirá da mesma maneira, porém, na hora de fixar a quantia indenizatória, ele, avaliando as provas de que o casamento do trabalhador acabou, não conseguiu ir à formatura de seu filho e seu pai faleceu sem que ele conseguisse o visitar no hospital antes do óbito, fixará a quantia indenizatória em 3X, pois o trabalhador provou que esse é um machucado mais profundo, diferentemente daquele do exemplo anterior, uma vez que não teve somente sua vida de relações no sentido amplo afetada, mas demonstrou também à lesão à sua vida de relações no sentido estrito, demonstrando as consequências desastrosas do impedimento de vida de relações. É justamente essa profundidade da lesão, demonstrada pelas graves consequências, que chamamos de extensão do dano existencial.

Logicamente que na fixação da indenização, o juiz deverá levar em conta outros aspectos, como a situação econômica da empresa, grau de reincidência, duração da lesão, porém o que destacamos aqui é a prova da extensão da lesão como elemento também de formação do *quantum* indenizatório, pois o objetivo é mostrar sua diferença em relação à prova do dano em si mesmo.

Assim, o abalo na vida de relações ou projeto de vida é diferente de uma pessoa para outra, se consideradas as características de cada uma e os relacionamentos que mantinham com a sociedade. Em vista disso, é possível afirmar que os danos existenciais podem ser idênticos em relação à caracterização, mas não no que se refere à extensão. Por exemplo, todos os obreiros que são postos a trabalhar em jornadas excessivas, com, praticamente, todo o tempo à disposição da empresa, sofrem dano existencial (caracterização), mas não o sofrem na mesma intensidade (extensão).

4 ESTUDOS DE CASO

4.1 SENTENÇA Nº 1

Na 1ª Vara do Trabalho de Marabá, do TRT da 8ª Região, no processo nº 0010365-17.2015.5.08.0107, o reclamante, motorista, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando, além de outros pedidos:

a) adicional de periculosidade em razão do constante contato com líquidos inflamáveis no posto de gasolina ao levar o caminhão para abastecer;

b) horas extras, mais intervalo intrajornada e repouso semanal remunerado em razão de trabalhar das 6 às 22 horas, todos os dias, com intervalos de 15 a 30 minutos apenas, e sem folgas semanais;

c) indenização por dano existencial, em virtude de uma excessiva sobrejornada de trabalho, em razão da ausência sequer de intervalos intrajornada, limitando seu convívio social, afetivo e familiar, além de impedir seus projetos de vida pessoal, social e profissional.

O Juiz deferiu:

a) o adicional de periculosidade em razão do laudo pericial juntado como prova emprestada atestar que de fato o ambiente era perigoso; além do depoimento da testemunha que confirmou que os motoristas realizavam o abastecimento do caminhão, auxiliando com a mangueira de abastecimento uma a duas vezes por dia;

b) horas extras e repouso semanal remunerado, pois a reclamada admitiu a possibilidade de controle de jornada, mas não o fez validamente; além disso, os depoimentos das testemunhas atestaram a sobre jornada e ausência de folgas semanais e em feriados, no longo período de 2011 a 2015;

c) indenização por dano existencial em razão da exaustiva jornada de trabalho das 6 às 22 horas – mantida nessa forma durante 4 anos aproximadamente, o que tomava grande parte do dia do reclamante e comprometeu o seu convívio social, afetivo e, sobretudo, familiar, em especial, a convivência com esposa e filhos.

Entretanto, o Juiz indeferiu o pedido de intervalo intrajornada, uma vez que o reclamante era quem fazia seu horário de trabalho durante as viagens, além de ter confessado que tinha um tempo para almoçar de 30 a 40 minutos e um outro intervalo para descanso de 30 minutos após o almoço durante 3 vezes por semana. O juiz concluiu com base nos dados do processo e no costume da profissão de motorista que não era razoável admitir-se que o reclamante não tivesse gozado um intervalo intrajornada, pois ele decidia livremente o tempo para fazer suas refeições.

Para fins de conceituação do dano existencial, na sentença, o Juiz citou um julgado do TST, em que se faz a correta distinção entre dano moral e existencial, pontuando que apesar de se tratar de dano ao patrimônio jurídico personalíssimo, ligado à vida privada e à intimidade como o dano moral, o dano existencial se particulariza pela frustração do trabalhador em não realizar um projeto de vida e não vivenciar relações sociais e familiares básicas, em razão da privação de seu direito de descanso, violando-se portanto o art. 5º, parágrafo X, da Constituição da República.

No entanto, quando da fixação do quantum indenizatório, o Juiz levou em consideração a voluntariedade do reclamante na ampliação da jornada de modo a tentar majorar sua remuneração, eis que recebia por produtividade, arbitrando a condenação em valor de R\$-5.000,00, considerando que não era somente a empresa que concorria para a jornada extremamente esticada.

Dessa forma, em nossa avaliação, o Juiz realizou a correta definição de dano existencial, que está ligado a aspectos sociológicos, porém não fez distinção teórica ou conceitual com o dano moral, que está ligado a aspectos psicológicos, de humilhação, vexame, vergonha etc.

O Juiz encontrou um equilíbrio entre o racionalismo cartesiano e o subjetivismo, visto que julgou, com base nas provas apresentadas nos autos, que foram contundentes em demonstrar a ausência do reclamante em seu ambiente familiar e social, já que trabalhou de 6 às 22:00h, de segunda-feira a domingo, inclusive em feriados, sem folga, de 2011 a 2015.

Indo mais além, o juiz buscou o nexo virtual, projetando as implicações futuras da ausência do convívio familiar e social e especulou o que o indivíduo poderia ter agregado à sua existência se tivesse desfrutado desses momentos.

O juiz aceitou o fato de que a lesão alegada pelo reclamante era plenamente coerente e razoável com seu histórico pessoal, uma vez que esse mesmo trabalhador provou se afastar de sua vida de relações familiares e sociais em virtude das várias horas trabalhadas, embora não tenha alegado qualquer outra lesão específica no tocante à frustração de algum projeto de vida profissional ou intelectual.

Além disso, ficou evidente que a dignidade do empregado foi atacada pelo empregador, que não desempenhou a sua responsabilidade humana e social no sentido de proteger seu trabalhador de graves lesões capitalistas.

A quantia fixada de R\$-5.000,00 (cinco mil reais) a título indenizatório, não onerou em demasia o ofensor e muito menos enriqueceu o ofendido.

Contudo, por se tratar de grande grupo econômico, que envolve empresas mineradoras, siderúrgicas e transportadoras, com forte poderio econômico na região, o *quantum* arbitrado

não é suficiente para desestimular a reincidência por parte das empresas, uma vez que esse desrespeito dos direitos do trabalhador, impondo jornadas exaustivas, por vezes, geram às empresas lucros tão altos, que, mesmo com a aplicação da punição judicial, tais empresas continuam a exploração obreira, pois, nessa situação, o crime sai barato na Justiça.

Diagnóstico da sentença nº 1

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	Constatou-se o impedimento de o trabalhador estar no mundo e de realizar seu progresso existencial.
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz produziu um equilíbrio entre o racionalismo cartesiano e o subjetivismo, projetando o nexo virtual para verificar como seria o futuro existencial do reclamante caso não houvesse o impedimento de sua vida de relações sociais.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	O juiz entendeu haver coerência entre a alegada lesão e o ideal do progresso de vida do trabalhador abalado pelo ritmo de trabalho, que afetou a dignidade do obreiro devido à irresponsabilidade humanista, social e civil do empregador.
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Realizou-se a correta conceituação do dano existencial, porém sem distingui-lo didaticamente do dano moral.
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	Não houve proporcionalidade econômica uma vez que a quantia fixada a título indenizatório não onerou o ofensor por se tratar de grupo empresarial de grande porte da siderurgia, portanto, a sentença não serviu como exemplo indenizatório para desestimular a reincidência.
PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Constatou-se o impedimento do trabalhador se relacionar com a família e sociedade, prejudicando seu direito de “estar no mundo”, além de se verificar

	o interesse do empregador exclusivamente no aspecto financeiro, levando o trabalhador a jornadas de trabalho muito extensas, para escoamento da produção da empresa, sem zelar pelo bem-estar do trabalhador ou sua saúde física ou mental.

4.2 SENTENÇA Nº 2

Em relação ao segundo processo da 1ª Vara do Trabalho de Marabá, do TRT da 8ª região, de nº 0010718-57.2015.5.08.0107, o reclamante, tratador, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando, além de outros pedidos:

a) horas extras e repouso semanal remunerado em razão de ter trabalhado das 6:30 às 17 horas, de segunda à sexta-feira, e, aos sábados e domingos, de 6:30 às 15:30 horas, sem folgas;

b) indenização por dano existencial, em virtude de uma excessiva sobrejornada de trabalho, limitando seu convívio social, afetivo e familiar, além de impedir seus projetos de vida pessoal, social e profissional.

A Juíza deferiu:

a) horas extras e repouso semanal remunerado, pois a reclamada não provou a jornada exercida pelo reclamante, uma vez que deveria ter juntado controle de jornada do reclamante, conforme previsão legal para sua apresentação aos empregadores que contam com mais de dez empregados, o que é o caso da reclamada. Sendo assim considerada a jornada apontada pelo reclamante na petição inicial de 6:30 às 17 horas, com 60 minutos de intervalo, de segunda a sexta-feira, e, aos sábados e domingos, de 6:30h às 15:30 horas, sem folgas semanais;

b) indenização por dano existencial em razão da sobrecarga de trabalho na jornada considerada como prestada, executada durante 10 meses aproximadamente, tomando o tempo do reclamante e comprometendo, assim, seu convívio social, afetivo e familiar, tudo conforme prova que lhe é exigida e que foi avaliada pela juíza, demonstrando a presença dos três elementos ensejadores da reparação: dano, nexa causal e culpa.

Para fins de conceituação do dano existencial, na sentença, a juíza reconhece que o dano existencial tem todos os aspectos do dano moral, apenas se diferenciando por ser um dano causado pela frustração do trabalhador em não realizar um projeto de vida e assim sofrer prejuízo das relações sociais e familiares.

Quando da fixação do quantum indenizatório, a juíza fixou o valor de R\$-5.000,00, sem apresentar qualquer fundamento de como chegou a este valor e por que esse valor seria justo e proporcional para reparar a lesão causada.

Observa-se foi feita a referência à distinção entre dano moral e o dano existencial, com a devida interpretação do Código Civil.

No entanto, não explicou exatamente qual seria esta diferença, apenas se referindo ao dano existencial como sendo o impedimento da realização de projetos de vida e do convívio social, mas sem definir no que consiste conceitualmente o dano moral.

A Juíza deu uma decisão do ponto de vista intuitivo, compreendendo que realização de 14 (quatorze) horas extras semanais pelo trabalhador, por si só, já caracteriza o dano existencial.

Entretanto, apesar de trabalhar 14 horas extras por semana, em nenhum momento provou-se que essas horas excediam o limite diário durante a semana. Na verdade, a maior parte dessas horas eram cumpridas finais de semana, mas em horários que não limitavam a vida de relações do empregado, uma vez que na parte da tarde e à noite já estava liberado do trabalho, podendo plenamente gozar do exercício suas liberdades e usufruir de sua vida social.

As horas que o empregado trabalhava, ainda que fossem extraordinárias, não retiravam dele a vida de relações ou frustravam projeto de vida, sendo certo que não continha prova nos autos de dano à existência, não fazendo a juíza qualquer análise do ponto de vista racionalista, debruçando-se quase que puramente na especulação e imaginação pessoal a respeito dos danos no tempo passado com suas virtuais repercussões posteriores.

Nota-se, nessa sentença, que houve uma análise do nexos virtual entre a ação ofensiva, o possível convívio social do reclamante e o estado de suas relações numa perspectiva temporal ligando passado, presente e futuro.

Não houve razoabilidade entre a lesão alegada pelo reclamante e frustração de projetos pessoais, uma vez que as horas que trabalhou em excesso, por si só, não retiraram dele a possibilidade de estar no convívio familiar e social, permanecendo o trabalhador com uma vida digna e o empregador com sua responsabilidade existencial e humana irretocável no que se refere ao dano alegado.

Considerando que a caracterização do dano já foi questionada acima, uma vez que não houve razoabilidade em sua fixação, a quantia arbitrada é, até mesmo, abusiva, sendo mais do que suficiente para desestimular o comportamento alegado, pelo trabalhador, como ilegítimo pela reclamada de se exigir o cumprimento de horas além da jornada legal, onerando o ofensor e enriquecimento sem causa o ofendido.

Se houvesse uma análise mais profunda, com adoção rigorosa dos critérios aqui estudados para fins de constatação de dano existencial, a magistrada não teria caracterizado o dano e determinado sua reparação, como o fez, pois, de tudo que foi apontado nos autos do processo, e fazendo-se uma projeção para fora dele, contemplando-se tempos passado, presente e futuro do autor, não se visualiza em nenhum momento danos a projetos de vida ou vida de relações, embora houvesse sim uma infração trabalhista por parte do empregador por exigir do reclamante trabalho além do tempo regular legal prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, porém que, por si só, não é suficiente para caracterizar o dano existencial.

A balança da justiça, dessa forma, ficou em desequilíbrio, mantendo-se reclamante e reclamado em desarmonia jurídica e social, não alcançando o ideal de justiça substancial que deve ter necessariamente em uma decisão judicial, uma vez que não houve prejuízo do “estar no mundo” do trabalhador e a relação trabalho-meio social estava em plena harmonia, apesar de, na sentença, a Juíza entender que houve sim o dano à existência.

Diagnóstico da sentença nº 2

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	Verifica-se havia plena harmonia entre mundo e trabalho, não resultando qualquer prejuízo de ordem existencialista ao reclamante a jornada cumprida, trazendo a sentença, neste caso, desequilíbrio na balança da justiça.
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz foi subjetivista, intuindo, através, do nexo virtual, um prejuízo ao futuro existencialista do trabalhador, que não foi provado, partindo apenas de sua especulação e imaginação pessoal a respeito dos danos no tempo passado, presente e futuro.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	Não houve coerência entre a alegada lesão e o progresso de vida do trabalhador, permanecendo digna a vida do obreiro e demonstrando a responsabilidade humana e social do empregador, apesar de o posicionamento do magistrado ser diametralmente oposto.
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Fez-se referência de que existe uma distinção entre dano moral e o dano existencial, porém sem explicar exatamente qual seria esta diferença, apenas se referindo ao dano

	existencial como o impedimento da realização de projetos e do convívio social, mas sem definir no que consiste o dano moral, já que distinto.
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	De acordo com os critérios que devem ser aplicados à sentença para fins de caracterização do dano existencial, verifica-se, no caso do processo aqui analisado, que não houve efetivamente danos à vida de relações ou à projeto de vida do reclamante. Contudo, o entendimento da magistrada foi diverso, caracterizando o dano e determinando sua reparação. A proporcionalidade, assim, como critério prático de solução, não foi respeitada, já que a quantia fixada é abusiva, eis que sequer deveria ter sido cobrada, sendo mais do que suficiente para desestimular um suposto comportamento lesivo alegado pelo trabalhador, onerando o empregador em demasia e enriquecimento sem causa o trabalhador, eis que tal pedido de indenização por dano existencial não merecia procedência, conforme já pontuado.
PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Não foi constatado o impedimento do trabalhador se relacionar com a família e sociedade, permanecendo no regular exercício de seu direito de “estar no mundo”, apesar de posicionamento contrário pelo magistrado.

4.3 SENTENÇA Nº 3

Nessa seção, realizamos a análise das sentenças da 2ª Vara do Trabalho de Marabá, 8ª região, processo nº 0000060-07.2016.5.08.0117. Nesse processo, o reclamante ajuizou reclamação trabalhista pleiteando, além de outros pedidos:

a) desvio de função, uma vez que foi contratado para exercer a função de motorista, mas exercia funções gerenciais, administrativas e domésticas;

b) horas extras, intervalo intrajornada, intervalo interjornada e repouso semanal remunerado em razão trabalhar de 7 às 22 horas, todos os dias, sem folgas sem gozo integral do intervalo intrajornada e interjornada;

- c) horas de sobreaviso, eis que permanecia de sobreaviso;
- d) adicional de transferência, eis que foi transferido de Uruaçu/GO para Marabá/PA provisoriamente;
- e) diária de viagens, posto que viajava a trabalho e não recebia diária para tanto;
- f) indenização por dano moral, uma vez que o labor excessivo lhe causou danos psicológicos;
- g) dano existencial, em virtude de uma excessiva jornada de trabalho, limitando seu convívio social e familiar.

O Juiz deferiu:

- a) desvio de função, em razão de provas documentais comprovarem o exercício de atos de gestão, estranhos à função de motorista, como procuração para representar a reclamada e assinaturas de contratos;
- b) horas extras, intervalo intrajornada, intervalo interjornada e repouso semanal remunerado, uma vez que considerou válida a jornada apontado pelo reclamante, das 7 às 22 horas, todos os dias, sem folgas sem gozo integral do intervalo intrajornada e interjornada -, uma vez que a empresa não carregou aos autos os controles de jornada do reclamante, ônus que lhe incumbia, além de entender plenamente cabível o controle de jornada do obreiro, já que ele, de fato, exercia funções administrativas, internas, com poucas viagens;
- c) adicional de transferência, uma vez que, conforme prova testemunhal, o reclamante foi transferido de Uruaçu/GO para Marabá/PA, residindo em uma república, conhecida por ser uma moradia provisória, corroborando a alegação do reclamante de que sua transferência não foi em caráter definitivo;
- d) diária para viagens, uma vez que o depoimento testemunhal provou a realização de viagens pelo obreiro, ainda que eventuais.

O Juiz indeferiu o pedido de horas de sobreaviso, uma vez que, fato constitutivo do direito do reclamante e que este não conseguiu provar.

O Juiz também indeferiu o pedido de indenização por dano moral, por entender que não restou caracterizado esse dano.

Indeferiu-se o pedido de indenização por dano existencial, pois na visão do magistrado mesmo o trabalho por aproximadamente 06 meses, com mudança de domicílio, horário de trabalho de 7 às 22 horas, de domingo a domingo, sem folga semanal, sem gozo integral de hora intrajornada e sem sequer gozo integral de intervalo interjornada não foram suficientes para provar um suposto dano existencial.

Para o Juiz, necessitava-se de uma prova específica, como, por exemplo, um divórcio, uma reprovação em universidade ou escola, uma falta ao aniversário de um filho, o último abraço a um pai que morrera.

Quanto ao julgamento dos pedidos indenizatórios, o Juiz pontua a diferença entre dano moral e dano existencial, enxergando este como o impedimento de desenvolver projetos de vida no âmbito profissional, social e pessoal, com afronta da dignidade humana, e aquele como a lesão no seu direito personalíssimo afeto à honra, nome, etc., mas que também afronta a dignidade humana.

Observa-se que o Juiz foi extremamente racionalista, exigindo uma prova quase diabólica do reclamante para que caracterizasse o dano existencial, mesmo que com todos os elementos probatórios já contidos no processo, quais sejam: o trabalho por aproximadamente 06 meses, com mudança de domicílio, horário de trabalho de 7 às 22 horas, de domingo a domingo, sem folga semanal, sem gozo integral de hora intrajornada e sem sequer gozo integral de intervalo interjornada.

Com tudo isso, o juiz não contextualizou a ausência do reclamante de sua vida de relações ou, até mesmo, a frustração de projetos pessoais, que sequer dá para pensar quando se labora em uma jornada excessivamente exaustiva dessa maneira.

Ora, imagine alguém trabalhando, como foi provado no processo, durante 06 meses, todos os dias, de 07:00h às 22:00h, sem qualquer dia de folga na semana, sem folga para almoçar e sem o mínimo de descanso entre o término de um dia de trabalho e início de outro. Essa pessoa, saindo do trabalho às 22:00h, chegaria em casa por volta das 23:00h ou 23:30h, sendo otimista. Imagine que ainda fosse tomar um banho e fazer uma refeição digna, considerando que não foi lhe dado tempo para isso no seu trabalho. Ela iria dormir por volta das 01:00h. Porém, às 07:00h já teria que estar no trabalho, então teria que sair de casa por volta das 06:00h, sendo otimista novamente. Logo, teria que acordar, ao menos, às 05:20h para conseguir sair às 06:00h. Ou seja, ela teria 04 horas apenas de descanso entre um dia de trabalho e outro. E quando ela ficaria com sua família? Das 01:00h às 05:20h? Teria alguém acordado a essa hora? E se houvesse? Ele iria trocar as pouquíssimas horas de sono para ficar com um familiar ou amigo?

A prova específica que ele exigia, como um divórcio ou a falta a ausência de um batizado do filho, por exemplo, para fins de caracterização do dano existencial é na verdade uma prova da extensão do dano.

O dano resta caracterizado a partir da impossibilidade de a pessoa usufruir dos momentos ao lado de seus familiares e amigos. Saber do dia dos filhos, realizar o jantar em

família, aconchegar-se nos braços dos pais ou do cônjuge, jogar futebol com os amigos, ler um livro, entre outras, são atividades da vida cotidiana que fazem parte desse processo do existir.

A impossibilidade de gozar desses momentos já caracteriza o dano, pelo afastamento, pela retirada de seu processo de transformação do ser e da fixação de existência no mundo. Um divórcio seria, a exemplo, uma consequência maior que esse dano, já existente, teria lhe causado, ou seja, seria um dano maior, uma extensão, mas o dano em si já estava caracterizado.

Nesse processo trabalhista, o reclamante foi enviado pela empresa para trabalhar em local diverso de onde morava, agravando ainda mais a deficiência de suas relações interpessoais.

É coerente o modo de vida do reclamante com as alegadas lesões e, de fato causadas, a sua vida de relações, ferindo sua dignidade e demonstrando a irresponsabilidade do empregador com sentido existencial e humano do seu funcionário, embora, o magistrado, do ponto de vista extremamente racionalista, tenha se posicionado de modo contrário.

Sendo assim, não foi utilizado o critério da proporcionalidade no julgado, pois, houve o dano, mas o juiz entendeu, de modo diverso, que este não aconteceu, não condenando, assim, a empresa a qualquer tipo de reparação, levando a uma certa impunidade, que pode acarretar na continuidade das mesmas atitudes.

O que houve foi uma justiça formal, uma vez que houve uma sentença legítima prolatada por um juiz competente, resolvendo uma lide, porém não houve justiça do ponto de vista substancial, que é o que pretendia o reclamante com a ação, buscando a reparabilidade de um dano que lhe foi causado, de fato, por uma conduta culposa e ilícita por parte de seu empregador.

Diagnóstico da sentença nº 3

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	Para o juiz não houve danos existenciais., sendo, assim, fez-se apenas justiça do ponto de vista formal, pois o impedimento de estar no mundo e realizar seu progresso existencial não foi reparada, permanecendo a situação de desequilíbrio na relação mundo-trabalho.
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz foi extremamente racionalista, exigindo uma prova específica do reclamante para que caracterizasse o dano existencial, entendendo que ele não o fez, mesmo que com todos os elementos probatórios já evidenciados no processo, não projetou o nexu virtual para verificar como

	seria o futuro existencial do reclamante se não houvesse que despende tanto tempo à disposição do empregador.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	Houve coerência entre a alegada lesão, de fato causadas, e o progresso de vida do trabalhador, afetando a dignidade do obreiro e demonstrando a irresponsabilidade humana e social do empregador, embora tenha o magistrado posicionamento diverso, extremamente racionalista, pela não caracterização do dano..
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Realizou-se a correta conceituação do dano existencial, bem como sua distinção do dano moral, com a devida interpretação extensiva dos dispositivos do Código Civil..
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	Não foi necessária a sua aplicação, em vista do entendimento de inexistência do dano pelo juiz.
PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Não se desenvolveu a contextualização, entendo, desse modo, não haver danos existenciais segundo o juiz.

4.4 SENTENÇA Nº 4

No processo da 2ª Vara do Trabalho de Marabá, de nº 0010713-05.2015.5.08.0117, o reclamante, motorista, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando exclusivamente indenização por dano existencial, em virtude de uma excessiva sobrejornada de trabalho, alegando que cumpria jornada de trabalho excessiva, trabalhando, em média de 6 às 22 horas, todos os dias, sem folga, embora laborasse rotineiramente além desse período, o que lhe afastou da convivência familiar e acarretou em danos à saúde, causando-lhe dano à sua existência.

Não houve prova do dano existencial, uma vez que, não comprovada pelo autor a jornada declarada, sendo certo que tal prova estava plenamente à sua disposição. Assim, o Juiz indeferiu o pedido de indenização por dano existencial.

O Juiz conceituou o dano existencial como sendo aquele no qual se impede uma pessoa de desenvolver seus projetos de vida no âmbito profissional, social e pessoal, afrontando diretamente a dignidade da pessoa humana, não traçando paralelos com o dano moral e não havendo especificação do que eles diferem, bem como houve ausência da conceituação deste último.

O magistrado agiu com equilíbrio, não havendo exageros racionais ou intuitivos, uma vez que analisou com maestria a prova dos autos, que não foi realizada de forma contundente pelo reclamante, além de sugerir implicitamente que um acordo firmado pelo reclamante, com a mesma reclamada, em processo distinto, com outros pedidos, foi de quantia tamanha, R\$ 604.000,00 (seiscentos e quatro mil), que, se realmente tivesse havido um dano, este estaria, no contexto atual, praticamente reparado pela empresa.

A falta de provas materiais reforçaram não ser minimamente coerente as alegações do reclamante entre os fatos e o dano, sendo razoável o indeferimento de qualquer quantia a título indenizatório.

Diagnóstico da sentença nº 4

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	Não houve impedimento de estar no mundo e realizar seu progresso existencial, ratificando o magistrando, em sua decisão, o pleno equilíbrio na relação mundo-trabalho.
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz encontrou um equilíbrio entre o racionalismo cartesiano e o subjetivismo, verificando, através de um nexos virtual, que o passado, presente e futuro existencial do reclamante em nada foi comprometido, permanecendo em exercício regular de sua vida de relações.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	Não houve coerência entre a alegada lesão e o progresso de vida do trabalhador, permanecendo digna a vida do obreiro e demonstrando a responsabilidade humana e social do empregador.
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Realizou-se a correta conceituação do dano existencial, mas não foi demonstrado conceitualmente no que ele difere do dano moral, bem como a conceituação desse último.
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	Não houve proporcionalidade como critério prático de solução, uma vez que não houve quantia fixada a título de indenização, por se entender não estar caracterizado o dano.

PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Não houve impedimento do trabalhador se relacionar com a família e sociedade, sendo respeitado seu direito de “estar no mundo”.

4.5 SENTENÇA Nº 5

Partindo-se para estudo das sentenças da 3ª Vara do Trabalho de Marabá, 8ª região, no processo 0000643-27.2014.5.08.0128, o reclamante, motorista, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando, além de outros pedidos:

a) horas extras, intervalo intrajornada, intervalo interjornada e repouso semanal remunerado, uma vez que cumpria jornada média de 16 ou 17 horas por dia das 4 às 23 horas, ou de 6 à 24 horas ou de 5 às 23:30 horas, sem folgas e sem gozar integralmente os intervalos intrajornada e interjornada, pelo período de 01 ano e 01 mês;

b) adicional noturno, uma vez que parte de seu trabalho era realizado após às 22 horas;

c) adicional de periculosidade, em razão do trabalho em caminhão dotado de grandes tanques de combustível;

d) adicional de insalubridade, em face do contato com pó de cimento, poeira mineral e ruído, em concentrações superiores aos limites de tolerância, no ambiente de trabalho;

e) indenização por dano existencial, em virtude de uma excessiva jornada de trabalho, limitando sua integração familiar e social junto à família e amigos, bem como por impedir sua recuperação do desgaste físico e mental causado pela extensas jornadas;

f) indenização por dano moral, em razão do não fornecimento da reclamada de condições adequadas para o pouco descanso noturno que trabalhador poderia usufruir quando terminava trechos de suas viagens, tendo que pernoitar dentro da boleia do caminhão para proteger a carga e o patrimônio da empresa, o que caracteriza tratamento degradante.

O Juiz deferiu:

a) horas extras, intervalo intrajornada, intervalo interjornada e repouso semanal remunerado, uma vez que, tendo a reclamada mais 10 empregados e admitida a possibilidade de controle de jornada do reclamante, cabia a ela provar que jornada do reclamante não excedia a normalidade, o que não foi feito, tendo ela anexado cartões de ponto impugnados pelo reclamante e declarados inverossímeis pela prova testemunhal, o que resultou no acatamento parcial da jornada declinada pelo reclamante. Isto porque, o Juiz considerou que a jornada declinada pelo autor era desarrazoada, com base na equidade, costume, bom senso e experiência

em ações semelhantes, sendo improvável o seu exercício, fixando a jornada do autor, em média, a compreendida do período de 06:00h às 23:00h, todos os dias, sem folgas semanais, com intervalo de 30 minutos;

b) adicional noturno, em razão da jornada trabalho ultrapassar às 22:00h;

c) indenização por dano existencial, uma vez que trabalhador cumpria jornadas que excediam e muito os limites legais impostos por normas trabalhistas, laborando de 06:00h às 23:00, todos os dias, sem folgas semanais, com intervalo de 30 minutos, pelo período de 01 ano e 01 mês, inclusive em feriados, tornando-o um escravo do trabalho, o que afetou gravemente a vida familiar e social do obreiro, impossibilitando de cumprir seus projetos de vida pessoal;

d) indenização por dano moral, em razão de as testemunhas comprovarem o fato de os motoristas terem que pernoitar na boleia do caminhão, uma vez que não recebiam diárias para viagem, descumprindo, assim, a reclamada sua obrigação legal de propiciar condições plenas de trabalho, no que diz respeito à segurança, salubridade e condições mínimas de higiene e conforto aos seus trabalhadores.

O Juiz indeferiu o pedido de adicionais de insalubridade e periculosidade em razão de o laudo pericial, legalmente exigido nessas situações, não atestar ambiente de trabalho perigoso ou insalubre.

Para fins de julgamentos dos pedidos indenizatórios, o Juiz pontua a diferença entre dano moral e dano existencial, enxergando este como o impedimento de o trabalhador desenvolver suas atividades cotidianas, prejudicando a manutenção de suas relações sociais externas ao ambiente de trabalho, tais como convívio com amigos e familiares, e atividades recreativas, e aquele como a lesão aos seus direitos de personalidade, seja de ordem física, intelectual ou moral propriamente dito.

Na fixação do quantum indenizatório do dano existencial, o Juiz levou em consideração o tempo que o reclamante ficou submetido à jornada excessiva, o caráter pedagógico da condenação, o salário do autor, utilizando-se do princípio da equidade, razoabilidade e proporcionalidade, de modo que, além da certeza de que o ato lesivo não ficou impune, desestímule práticas pela empresa que retirem do trabalhador sua dignidade.

O Juiz condenou a reclamada aos dois tipos de danos, moral e existencial, fazendo correta distinção acerca do ponto de lesão de cada uma, apenas omitindo no que consiste o exatamente o “dano” do dano moral, que é o sentimento humilhante, vexatório, agonizante, constrangedor etc.

Encontrou-se um equilíbrio entre o racionalismo cartesiano e o intuitivismo, visto que se julgou com base nas provas apresentadas nos autos, que foram contundentes em demonstrar

a ausência do reclamante de seu ambiente familiar e social, já que trabalhou por longo período contratual no horário de trabalho de 06:00h às 23:00h, de domingo a domingo, sem folga semanal, sem gozo integral da hora de refeição e sem sequer gozo integral de intervalo entre o fim de uma jornada e o início de outra, porém sem deixar de, através de um nexos virtual, projetar as implicações daquela ausência do convívio familiar e social e considerar o que o indivíduo teria agregado à sua existência se tivesse desfrutado desses momentos, inclusive citando prejuízos à sanidade mental e física do trabalhador.

Verificou-se que a lesão alegada pelo reclamante era plenamente coerente e razoável com seu histórico pessoal, uma vez que provou se afastar de sua vida de relações familiares e sociais em virtude das várias horas trabalhadas.

Houve a fixação da quantia de R\$-30.000,00 (trinta mil reais) a título indenizatório, sem onerar ofensor em demasia, levando o Juiz em consideração o tempo contrato de trabalho, o caráter pedagógico, o salário do autor, utilizando-se do princípio da equidade, razoabilidade e proporcionalidade, de modo que desestímule novas práticas abusivas por parte da empresa.

Os valores fixados não provocam impedimento da regular atividade empresarial, que tem uma função social importante e colocam reclamante e reclamado em harmonia jurídica e social.

A decisão trouxe equilíbrio à balança da justiça, uma vez que se fez justiça do ponto de vista formal e substancial, havendo uma decisão legítima prolatada por um juiz competente, com base nas provas apresentadas e projeção do nexos virtual, resolvendo uma lide, bem como condenando a empresa a reparar um dano que causou por não respeitar seu dever de cuidado.

Diagnóstico da sentença nº 5

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	Trabalhador impedido de estar no mundo e de realizar seu progresso existencial
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz encontrou um equilíbrio entre o racionalismo e o intuitivismo, verificando, através de um nexos virtual, como seria o futuro existencial do reclamante se não houvesse o impedimento de sua vida de relações pelo empregador.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	Houve coerência entre a alegada lesão e o progresso de vida do trabalhador, afetando a dignidade do obreiro e

	demonstrando a irresponsabilidade humana e social do empregador.
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Realizou-se a correta distinção entre o dano existencial e o dano moral, conceituando perfeitamente o primeiro, porém sem aprofundar na conceituação acerca do segundo.
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	A proporcionalidade, como critério prático de solução, foi plenamente respeitada, já que a quantia fixada é desestimula o comportamento lesivo alegado pelo trabalhador, sem onerar em demasia o empregador ou enriquecer sem causa o reclamante.
PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Constatou-se o impedimento do trabalhador se relacionar com a família e sociedade, prejudicando seu direito de “estar no mundo”, além de se verificar o interesse do empregador exclusivamente no aspecto econômico, levando o trabalhador a jornadas de trabalho muito extensas, para escoamento da produção da empresa, sem zelar pelo bem-estar do trabalhador ou sua saúde física ou mental e sem se preocupar com sua responsabilidade humana e social.

4.6 SENTENÇA Nº 6

Em relação ao processo 0000805-22.2014.5.08.0128, da Justiça do Trabalho da 8ª região relata-se que o reclamante ajuizou reclamação trabalhista pleiteando, além de outros pedidos:

- a) verbas rescisórias, já que foi demitido sem receber aviso prévio indenizado, saldo de salário, 13º salário proporcional, férias vencidas e proporcionais;
- b) repouso semanal remunerado, por trabalhar todos os dias sem folga compensatória;
- c) plus salarial por acúmulo de funções, eis que foi contratada para exercer a função de auxiliar de serviços gerais, porém a reclamada passou a lhe exigir que exercesse a função de cozinheira;

d) adicional de insalubridade, uma vez que utilizava produtos químicos como cloro, soda cáustica e outros, no exercício de suas atribuições, durante toda a jornada de trabalho;

e) indenização por dano moral, em razão do atraso no pagamento de sua rescisão contratual;

f) indenização por dano existencial, uma vez que era submetida a uma jornada extremamente excessiva de trabalho, além do permitido pela legislação trabalhista, tendo que trabalhar de 6:30 às 21:30 horas, com 01 hora de intervalo intrajornada, todos os dias, sem folgas compensatórias, o que prejudicou seu convívio familiar e social, atingindo sua dignidade.

O Juiz deferiu:

a) verbas rescisórias, parcialmente, apenas no tocante a diferenças de saldo de salário, uma vez que as demais parcelas foram confessadas como recebidas pela reclamante em seu depoimento;

b) plus salarial por acúmulo de funções, já que restou comprovado em depoimento testemunha que a reclamante exercia atribuições específicas da função de cozinheira, o que demandava esforço físico ou capacidade acima e diferente do contratualmente estabelecido;

c) indenização por dano existencial, em razão de a reclamante ter que trabalhar bem acima dos limites legais, na jornada de 6:30h às 21:30 horas, com 01 hora de intervalo intrajornada, de segunda a sexta-feira, e com trabalho habitual aos sábados e/ou domingos, o que afetou sua vida familiar e social, limitando-a a viver para o trabalho e acarretando, inclusive, prejuízos à sanidade mental-física da obreira.

O Juiz indeferiu:

a) o pedido repouso semanal remunerado, em razão da confissão da reclamante de que os cartões de ponto estavam corretos e nesses constarem marcações de folgas, além da previsão de pagamentos de horas extras no contracheque;

b) pedido de adicional de insalubridade, em face da confissão da reclamante que não tinha contato com os produtos químicos apontados na inicial, bem como por utilizar EPIs;

c) pedido de indenização por dano moral, porque a reclamante não demonstrou a lesão à personalidade apta a ensejar tal reparação, bem como pela legislação trabalhista prever sanção específica para atraso de pagamento de verbas rescisórias.

Para fins de julgamentos dos pedidos indenizatórios, o Juiz pontuou a diferença entre dano moral e dano existencial, enxergando este como o impedimento de o trabalhador desenvolver suas atividades cotidianas, prejudicando a manutenção de suas relações sociais externas ao ambiente de trabalho, tais como convívio com amigos e familiares, e atividades recreativas, e aquele como a lesão aos seus direitos de personalidade humana, considerando o

padrão médio da sociedade, a razoabilidade, e também os fatores de tempo, lugar e o costume da localidade.

Na fixação do quantum indenizatório do dano existencial, o Juiz levou em consideração o tempo que o reclamante ficou submetido à jornada excessiva, o caráter pedagógico da condenação, o salário do autor, utilizando-se do princípio da equidade, razoabilidade e proporcionalidade, de modo que, além da certeza de que o ato lesivo não ficaria impune, desestimularia práticas futuras pela empresa que retirem do trabalhador sua dignidade.

Vê-se que, quanto ao critério teórico, houve correta conceituação do Juiz a definir o dano existencial como o impedimento de o trabalhador desenvolver suas atividades cotidianas relacionar-se com amigos e familiares, exercer atividades recreativas, entre outras, no entanto, pecou em não delimitar no que consiste exatamente sua diferença como o dano moral, embora ambos se tratem de lesões à personalidade e, do ponto de vista legal, a reparação de ambos esteja positivada no mesmo artigo do Código Civil.

Do ponto de vista metodológico, o magistrado agiu com equidade e equilíbrio, sopesando o racionalismo e o intuitivismo, uma vez que decidiu com base nas provas apresentadas nos autos, que demonstraram a ausência do reclamante de seu ambiente familiar e social, já que trabalhou por ano e meio aproximadamente com horário de trabalho de 6:30h às 21:30 horas, com 01 hora de intervalo para refeição, de segunda a sexta-feira, e com trabalho habitual aos sábados e/ou domingos, além de projetar, por meio do nexos virtual, as implicações daquela ausência do convívio familiar e social e considerar como seria vida daquele indivíduo se tivesse gozado desses momentos, inclusive citando prejuízos à sanidade mental e física do trabalhador.

A atitude irresponsável, do ponto de vista existencial e humanista, por parte da empresa, comprometeu a dignidade humana do trabalhador, que era levado a vivenciar praticamente todos os momentos de sua vida dentro da jornada laboral. Além disso, a lesão alegada pelo reclamante era plenamente coerente com seu histórico pessoal, uma vez que provou que se afastou de sua vida de relações familiares e sociais em virtude das várias horas trabalhadas.

No tocante ao critério prático da proporcionalidade, a quantia fixada de R\$-30.000,00 (trinta mil reais) a título indenizatório, de fato, desestimula a reincidência por parte das empresas, fundamentando o magistrado a fixação da quantia no tempo de contrato de trabalho, no caráter pedagógico da condenação, no salário do autor, e no desestímulo de práticas pela empresa que retirem do trabalhador sua dignidade.

A decisão trouxe equilíbrio à balança da justiça, uma vez que se fez justiça do ponto de vista formal e substancial, havendo uma sentença de mérito legítima prolatada por um juiz

competente, com base nas provas apresentadas e projeção do nexu virtual, resolvendo uma lide, bem como condenando a empresa a reparar um dano que causou por não exercer sua responsabilidade social, humanista e existencial.

Diagnóstico da sentença nº 6

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	A injustiça caracterizada pelo impedimento de estar no mundo e realizar seu progresso existencial foi reparada, restaurando-se o equilíbrio na relação mundo-trabalho.
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz encontrou um equilíbrio entre o racionalismo e o intuitivismo, verificando, através de um nexu virtual, como seria o futuro existencial do reclamante se não houvesse o impedimento de sua vida de relações pelo empregador.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	Houve coerência entre a alegada lesão e o progresso de vida do trabalhador, afetando a dignidade do obreiro e demonstrando a irresponsabilidade humana e social do empregador.
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Realizou-se a correta conceituação do dano existencial, no entanto, pecou-se em não delimitar no que consiste exatamente sua diferença como o dano moral, bem como em não apresentar a conceituação deste último.
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	A proporcionalidade, como critério prático de solução, foi respeitada, já que a quantia fixada suficiente para desestimular o comportamento lesivo alegado pelo trabalhador, não onera em demasia o empregador e nem enriquece sem causa trabalhador.
PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Verificou-se o prejuízo do relacionamento do trabalhador com mundo, com as coisas, com as pessoas, bem como o interesse do capital em explorar a mão de obra obreira ao extremo, levando o trabalhador ao limite, sem qualquer respeito a sua integridade física ou mental, sempre visando o lucro máximo.

4.7 SENTENÇA Nº 7

Seguindo-se com análise das sentenças, agora com as da 4ª Vara do Trabalho de Marabá, do TRT da 8ª região, no processo 0010801-07.2015.5.08.0129, em que o reclamante, motorista, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando exclusivamente indenização por dano existencial, em virtude de uma imposição de excessiva jornada de trabalho, laborando de 06:00h às 00:00h, todos os dias, sem intervalo intrajornada ou folga semanal, sendo comum o trabalho também na madrugada, com poucas horas de sono, tendo que viajar constantemente em diferentes rotas, durante 2 anos e 04 meses, o que lhe privou o convívio familiar e social, além do lazer, por mais de semana.

O Juiz deferiu o pedido de indenização por dano existencial, entendendo que o autor provou a jornada excessiva alegada e que é evidente que um excessivo tempo à disposição do empregador provoca dano à vida de relações de qualquer pessoa, que passa a ter diminuto tempo para lazer e convívio com amigos e familiares, não sendo tal conclusão mera presunção, mas sim uma constatação das provas trazidas ao processo.

Considerou existente o dano, mas não a extensão deste da forma com a qual o autor pretendia, eis que reconheceu o gozo de eventuais intervalos e entendeu que o trabalhador não conseguiu provar que seu relacionamento familiar foi prejudicado a ponto de seu filho de 06 anos de idade ter que morar com seus pais em razão de sua ausência, bem como, no âmbito profissional, não provou ter que interromper cursos por conta do trabalho.

O fato é que foi configurado o dano, mas não na gravidade em que o trabalhador alegava, já que não conseguiu provas específicas a apontar a extensão dos prejuízos familiares sofridos ou a frustração de seu projeto,

No julgamento do pedido, o Juiz diferenciou os danos moral e existencial, sendo o primeiro a lesão de um bem integrante da personalidade, tal como a honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação, e segundo como um impedimento do relacionamento familiar e social, bem como do desfrute dos prazeres da vida, como a prática esportiva, o passeio, o exercício religioso, o programa cultural, entre outros, além da destruição de um projeto de vida e do cerceamento da liberdade das escolhas da vida.

O julgador, no arbitramento do valor indenizatório, de R\$-20.000,00, considerou a extensão do dano, a capacidade econômica das reclamadas, o caráter punitivo-pedagógico e o

intuito compensatório da indenização, além dos princípios da razoabilidade, que limita a discricionariedade do julgador, e da proporcionalidade, para que tal arbitramento não comporte enriquecimento ilícito por parte do obreiro.

O Juiz, conforme podemos ver na fundamentação da sentença, fez correta distinção acerca de dano moral e existencial, com a devida interpretação extensiva dos dispositivos do Código Civil.

Além disso, entendeu, de forma acertada, o magistrado que excessivo tempo à disposição do empregador provoca dano à vida de relações de qualquer pessoa, que já perdeu parte importante do tempo que deveria ter para lazer e convívio com amigos e familiares, bem como continua e continuará não tendo tempo para o desfrute dos prazeres da vida, como a prática esportiva, o passeio, o exercício religioso, o programa cultural, entre outros.

Encontrou-se um equilíbrio entre o racionalismo cartesiano e o intuitivismo, visto que julgou, com base nas provas apresentadas nos autos, como cartões de ponto e depoimento de testemunhas, que foram contundentes em demonstrar frustração da vida de relações e da vida educacional, já que ficou comprovado que trabalhou por aproximadamente 02 anos para as reclamadas no horário de trabalho de 06:00h às 00:00h, em média, de domingo a domingo, com quase inexistentes folgas semanais, sem gozo integral de hora intrajornada e sem sequer gozo integral de intervalo interjornada, viajando sozinho.

Além disso, através de um nexos virtual, projetou-se as implicações na vida do trabalhador, considerando o que o indivíduo teria agregado à sua existência se tivesse desfrutado de todos esses momentos de liberdade social, ou, pelo menos, o que não teria perdido.

A lesão alegada pelo reclamante era coerente e razoável com seu modo de vida até então adotado, ficando provado os prejuízos decorrentes de seu afastamento da família e da vida social em virtude do vasto tempo à disposição do empregador; não alegando qualquer outra lesão específica decorrente de perdas de oportunidades educacionais ou profissionais.

Sendo assim, ficou clara a lesão não somente à vida de relações em sentido amplo, mas também a lesão ao âmbito familiar do reclamante, sendo certo que tamanha quantidade de tempo à disposição da empregadora impede qualquer tentativa de qualificação profissional, por menor que seja, razão pela qual justifica-se a quantia fixada de R\$-20.000,00 (vinte mil reais) a título indenizatório, que é suficiente para desestimular a reincidência das condutas pelas reclamadas e que respeitou a capacidade econômica das empresas integrantes do grupo econômico, considerando a suspensão de suas atividades.

Assim, a decisão equilibrou a disparidade entre os direitos de ofensor e ofendido, trazendo um equilíbrio na relação, contrapondo a injustiça da lesão e a justiça da reparação, sobretudo na fixação do valor a indenizar, respeitando, assim, o ponto de vista ontológico de justiça, que deve sempre nortear as decisões judiciais qualquer seja o grau de jurisdição ou a profundidade da análise.

Diagnóstico da sentença nº 7

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	A injustiça caracterizada pelo impedimento de estar no mundo e realizar seu progresso existencial .
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz encontrou um equilíbrio entre o racionalismo cartesiano e o subjetivismo, projetando-se o nexos virtual para verificar como seria o futuro existencial do reclamante se não houvesse o impedimento de sua vida de relações pelo.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	Entendeu-se haver coerência entre a alegada lesão e o progresso de vida do trabalhador, afetando a dignidade do obreiro e demonstrando a irresponsabilidade existencialista, humana e social do empregador.
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Realizou-se a correta conceituação do dano existencial e do dano moral, bem como sua distinção, de forma didática e transparente, como deve ser uma sentença judicial nos dias de hoje.
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	A proporcionalidade, como critério prático de solução, foi respeitada, uma vez que a quantia fixada a título indenizatório não onera o ofensor e muito menos enriquece o ofendido, respeitando a capacidade econômica do empregador, além de ser suficiente para desestimular a reincidência.
PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Constatou-se o impedimento do trabalhador se relacionar com a família e sociedade, prejudicando seu direito de “estar no mundo”.

4.8 SENTENÇA Nº 8

A última sentença analisada, da 4ª Vara do Trabalho de Marabá, refere-se ao processo nº 0010900-74.2015.5.08.0129. Nesse processo, o reclamante, motorista, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando exclusivamente indenização por dano existencial, em virtude de uma excessiva sobrejornada de trabalho, alegando que cumpria jornada de trabalho excessiva, laborando de 05:00h às 22:00h, todos os dias, sem intervalo intrajornada ou folga semanal, o que lhe privou de gozar uma vida saudável perto da família, amigos e lazer.

O Juiz indeferiu o pedido de indenização por dano existencial, entendendo que o autor não provou projeto de vida frustrado ou ausência da convivência familiar, embora tenha comprovado que trabalhava em uma jornada excessiva, de 05:00h às 22:00h, todos os dias, sem intervalo intrajornada ou folga semanal.

O Juiz conceituou o dano existencial referindo que este difere do dano moral,, consistindo em um ato danoso à realização de um projeto de vida ou ao convívio social e familiar, exigindo-se necessária comprovação do dano, não podendo se extrair do trabalho extraordinário por si só.

Observa-se que não houve delimitação da distinção das lesões morais e existenciais, embora o dano existencial tenha sido corretamente conceituado como um ato danoso à realização de um projeto de vida ou ao convívio social e familiar.

A magistrada foi extremamente racionalista, exigindo, além da já comprovada jornada exaustiva, uma prova específica para a caracterização.

Com todo respeito, equivocou-se a magistrada, uma vez que pelas condições vivenciadas diariamente pelo reclamante e devidamente provadas no processo, já se pode extrair a lesão a sua vida de relações.

O tempo em demasia exigido pela empresa do trabalhador, e comprovada no processo, retira-lhe as atividades cotidianas mais importantes na formação de suas características enquanto indivíduo na sua firmamento de existência terrena.

O afastamento do trabalhador de seus familiares e amigos, além das atividades físicas, de lazer, higiênicas, de entretenimento, de fé, impede tanto o exercício pelo trabalhador das suas livres escolhas de vida, que moldam o seu *ser*, quanto a sua presença na vida das outras pessoas, o que seria fundamental para sua firmamento de importância e existência no mundo.

O falta de um conversa, de um abraço, de uma coexistência humana pode levar a um vazio existencial tão grande que geral inclusive lesões psicológicas, além das existenciais.

A prova que a magistrada exige, na verdade, é uma balizadora para a fixação da quantia indenizatória, é a prova da extensão do dano, e não a prova do dano em si, que já foi provado com os elementos cristalinos trazidos aos autos do processo.

Ora, o trabalho se deu por certo período, com horário de trabalho de 05:00h às 22:00h, de domingo a domingo, sem gozo integral de hora intrajornada, mas folgas semanais e intervalos interjornadas, ainda que não integrais.

Com tudo isso, ainda sim, a Juíza não contextualizou a ausência do reclamante de sua vida de relações ou, até mesmo, a frustração de projetos pessoais, que sequer dá para pensar quando se passa quase o tempo todo à disposição do empregador, abdicando da utilização do nexos virtual, que deve ser feito para se verificar quais as consequências dessa privação social.

É coerente o modo de vida do reclamante com as alegadas lesões a sua vida de relações, ferindo sua dignidade e demonstrando a irresponsabilidade do empregador com sentido existencial e humano do seu funcionário, embora a magistrada em uma visão extremamente racionalista, e sem realizar com profundidade a aplicação dos critérios aqui estudados, entendeu de forma diversa.

Desse modo, provavelmente, a empresa continuará com as mesmas atitudes face a decisão do magistrado de não fixação de quantia indenizatória, por entender inexistente a obrigação de reparar.

A juíza se equivocou em não condenar a reclamada em reparação por dano existencial.

A empresa deveria ter sido condenada, ainda que em quantia módica, considerando o nível de gravidade da lesão, para que não mais continuasse com as mesmas práticas abusivas.

Apesar de todas as provas presentes nos autos, a magistrada não conseguiu entender como caracterizado o dano, em vista da visão diminuta, puramente cartesiana, causando uma confusão em caracterização de dano e caracterização de extensão de dano. Isso porque o que ela exige como prova do dano, na verdade, é uma prova de sua extensão para saber se ofensa ao bem jurídico foi grande ou pequena, mas o dano, em si, provado já está.

Sendo assim, o reclamante recebeu do estado apenas uma justiça formal, não recebendo a justiça que almejava, a justiça substancial, eis que não teve seus direitos corretamente observados, continuando a arcar com todos prejuízos possíveis da relação jurídico empregatícia, enquanto o empregador permanece com as benesses da relação, em escala exagerada.

Diagnóstico da sentença nº 8

PELO CRITÉRIO ONTOLÓGICO	Para o juiz não houve danos existenciais, sendo, assim, fez-se apenas justiça do ponto de vista formal, pois o impedimento de estar no mundo e realizar seu progresso existencial não foi reparada, permanecendo a situação de desequilíbrio na relação mundo-trabalho.
PELO CRITÉRIO METODOLÓGICO	O Juiz foi extremamente racionalista, exigindo uma prova específica do reclamante para que caracterizasse o dano existencial, entendendo que ele não o fez, mesmo que com todos os elementos probatórios já evidenciados no processo, não projetou o nexó virtual para verificar como seria o futuro existencial do reclamante se não houvesse que depender tanto tempo à disposição do empregador.
PELO CRITÉRIO AXIOLÓGICO	Houve coerência entre a alegada lesão e, de fato causadas, o progresso de vida do trabalhador, afetando a dignidade do obreiro e demonstrando a irresponsabilidade humana e social do empregador, embora tenha o magistrado posicionamento diverso, extremamente racionalista, pela não caracterização do dano..
PELO CRITÉRIO TEÓRICO	Realizou-se a correta conceituação do dano existencial, bem como sua distinção do dano moral, com a devida interpretação extensiva dos dispositivos do Código Civil.
PELO CRITÉRIO PRÁTICO	Não foi necessária a sua aplicação, em vista do entendimento de inexistência do dano pelo juiz.
PELO CRITÉRIO CONTEXTUAL	Não se desenvolveu a contextualização, entendo, desse modo, não haver danos existenciais segundo o juiz.

5 DISCUSSÃO

Das 8 (oito) sentenças analisadas, que solicitaram julgamento de possíveis danos existenciais, 3 (três) delas foram totalmente contrárias ao pedido do reclamante. Os motivos dessas 03 (três) rejeições da parte dos juízes é que não existiam provas materiais e testemunhais.

Contudo, em duas dessas sentenças (sentenças 3 e 8), o reclamante provou que suas extensas jornadas de trabalho, com cumprimento de horas muito além das jornadas legais estabelecidas na Consolidação das Leis Trabalhistas, impediam-no de ter uma vida de relações e executar seus projetos de vida, o que o deixava sem ter as experiência e relações necessárias para construção seu ser.

No entanto, o que está acontecendo nas decisões trabalhistas, inclusive a nível de Tribunal Superior, é uma confusão entre a prova do dano existencial e prova de suas consequências danosas, ou seja, da extensão desse dano. Nas duas sentenças aqui referidas, o que os Juízes exigiam como prova do dano existencial era na verdade prova da extensão de um dano que já estava presente.

O impedimento de o trabalhador gozar de uma vida de relações e desenvolver seus projetos de vida já está mais do que provado quando se verifica nos autos que ele vivia somente para o trabalho, executando longas jornadas, normalmente em viagens para fora de seu local de residência, sem ter folga semanal, legalmente prevista, sem sequer ter intervalos para refeição. Exigir do trabalhador mais prova do que essa é, na realidade, exigir uma prova de até que ponto essa lesão o prejudicou, é enxergar o processo de forma extremamente cartesiana equivocando-se no processo de caracterização do dano existencial.

Por exemplo, se esses trabalhadores provam que não conseguiram ir ao enterro de seu pai, participar do parto da esposa, participar da formatura de um filho, tais prova seriam para verificar a extensão do dano, o quanto de prejuízo que o tempo despendido em excesso à disposição da empresa lhe causou, a profundidade da lesão.

Não poderíamos nunca comparar, novamente exemplificando, um processo onde ocorreu um divórcio por conta da ausência do trabalhador do lar com um processo onde, apesar da ausência do trabalhador, e constantes desentendimentos com sua cōnjuge, o laço jurídico-afetivo entre eles ainda não foi rompido. É evidente que nesse exemplo nos dois processos já há dano existencial, pois em ambos os casos há o impedimento do convívio familiar, porém em um deles o dano é muito maior do que no outro.

Nas duas decisões aqui debatidas o que houve foi uma confusão dos magistrados que exigiram a prova da extensão do dano como a prova do dano em si, e, conseqüentemente não deferiram sua reparação, não fazendo assim uma justiça substancial.

Essa problemática entre a configuração do dano e a sua extensão, por meio da análise das sentenças, apontou sua emergência da criterização metodológica.

A sentenças onde se verificou a confusão entre os pontos citados, que é o tipo de decisão que vem sendo tomada, inclusive, pela Corte Superior Trabalhista, foram prolatadas com extremo racionalismo, necessitando de um “provismo” exagerado, e dispensando qualquer projeção para além do formalismo.

A outra sentença que não reconheceu o dano existencial (sentença 4), assim como as sentenças 1, 5, 6 e 7, que reconheceram o dano existencial, foram bem fundamentadas e desenvolveram praticamente a mesma estrutura ou fórmula de raciocínio.

Apresentaram, como ontologia, o desenvolvimento não apenas de uma justiça formal, mas também de uma justiça substancial, em que se conseguiu colocar em equilíbrio uma relação jurídica desigual entre trabalhador e empregador; como metodologia, uma análise sintética ou integralista, em que ponderou o racionalismo cartesiano e o subjetivismo indutivo, conseguindo-se realizar a relação entre as provas materiais produzidas e a projeção das implicações do impedimento da vida de relações no momento atual vivido pelo reclamante e conseqüências futuras, respeitando a correta diferenciação entre a caracterização do dano existencial e a caracterização da sua extensão/profundidade.

Ainda, como axiologia, estabeleceram uma coerência entre o histórico de vida do trabalhador e a alegada lesão, assim como grau de comprometimento de sua liberdade, dignidade, humanidade, além da averiguação de ausência da responsabilidade social, humanista e existencial da empresa em relação ao seu funcionário; e como práxis, utilizaram-se da proporcionalidade no estabelecimento do valor indenizatório para compensar a lesão existencial.

No critério teórico, procuraram conceituar corretamente o dano existencial, trazendo seus elementos caracterizadores como o impedimento à vida de relações, bem como a frustração ao projeto de vida, contudo as decisões não realizaram, em sua maioria, a distinção entre o dano existencial e o dano moral, nem mesmo se conceituou este último.

O objetivo da análise do dano à existência, diferentemente do que ocorre com a análise da dano moral, procura contextualizar o trabalhador nas suas relações com o mundo, tentando compreender e julgar os reflexos de sua ausência nas relações interpessoais e nas relações com a sociedade.

O dano existencial é um conceito novo do direito brasileiro, importado da doutrina italiana há cerca de 5 anos. A correta distinção entre ele e o dano moral nas sentenças se faz necessária, porque as decisões judiciais são públicas e servem como o norte de interpretação do direito, devendo ser transparentes e inteligíveis a qualquer pessoa, de forma que, mesmo quem não atue na área jurídica, consiga entender os motivos que levaram àquela decisão.

Por fim, como contexto, constataram o impedimento do trabalhador de “estar no mundo”, além de se verificar se havia interesse do empregador exclusivamente no aspecto econômico, financeiro, levando o trabalhador a jornadas de trabalho muito extensas, para escoamento da produção da empresa, sem zelar pela integridade física, mental e social do trabalhador.

Além dessas sentenças, houve mais uma (sentença 2), em que também foi reconhecido o dano existencial, porém, de forma extremamente subjetiva intuitiva, sem apreciar as provas com relevância e o mínimo de formalismo processual, proferindo-se a decisão de mérito basicamente fundada em um achismo, destoando completamente das formas de elaboração de sentenças mencionadas alhures.

Nas sentenças trabalhistas onde foi julgado procedente o pedido de indenização por dano existencial (sentenças 1,2,5,6 e 7), vieram à tona debates intensos sobre as horas à disposição do trabalho, que implicaram nesse impedimento de convívio com familiares e amigos, o impedimento também da realização de necessidades básicas como exercício da fé, higienização, alimentação saudável, lazer, etc.

Apesar de serem danos extrapatrimoniais, que não são valorados monetariamente, procuram-se estabelecer valores quantitativos na Justiça do Trabalho a fim de se promover uma reparação a esse impedimento de continuidade do projeto de vida

Embora os valores arbitrados não consigam restabelecer os momentos perdidos, ao menos, amenizam o dano à existência e tentam restabelecer ou mesmo manter o microequilíbrio entre o Capital e Trabalho.

Entretanto, duas dessas sentenças que reconheceram a existência dos danos existenciais (sentenças 1 e 2), apresentaram um problema significativo no final do processo: a desproporcionalidade econômica.

Entende-se por proporcionalidade, um procedimento seguro na tomada de decisões, em que a relação entre o meio e o fim seja adequada, necessária, não arbitrária e não (CAMPOS, 2011).

A proporcionalidade é um parâmetro valorativo que emana diretamente das ideias de equidade, bom senso, prudência, moderação, proibição de excesso e que permite aferir a idoneidade de uma decisão judicial, visando a uma decisão Justa (KONCIKOSKI, 2012).

Se o direito justiça busca o equilíbrio das relações jurídicas, a proporcionalidade, como critério de solução prática, deve balizar todas decisões jurídicas.

No que se refere ao dano existencial e sua reparação, a decisão deve trazer um *quantum* indenizatório que consiga compensar a lesão existencial, porém com observância das condições econômicas da empresa, sob pena de encerrar suas atividades. Além disso, esse valor arbitrado não pode gerar um enriquecimento do lesado, mas apenas sua compensação, bem como deve ser suficiente para desestimular o empregador de cometer novos abusos, constituindo um caráter pedagógico.

Ainda, a proporcionalidade na fixação da quantia indenizatória deve ser tratada como um procedimento pedagógico, em que faça não somente o empregador deixar de lesar os trabalhadores apenas por medo da Justiça, mas também porque ele alcançou a compreensão de que sua interferência na vida daquele trabalhador impede o prosseguimento de um processo de desenvolvimento do eu através das escolhas livres que faz, bem como impede o desenvolvimento do ser de outras pessoas, uma vez que o desenvolvimento do ser humano nas suas relações interpessoais e materiais é uma relação de reciprocidade de transformação, onde convergências e divergências moldam as características que dão forma ao ser.

A desproporcionalidade nas sentenças acima tratadas se deu, pois elas não levaram em conta o potencial econômico das empresas, nem puniram exemplarmente aqueles que causaram danos existenciais, o que, diante desse fato, não os desmotivou em praticar novamente os mesmos atos lesivos.

Uma punição descomedida (desproporcional) não chega a configurar antídoto legal necessário ao saneamento que pretende realizar. Tais punições ao invés de promover a regularidade e o equilíbrio das relações, chegam, em verdade, a produzir mais ainda a sua ruína, gerando uma decisão que se dispõe, além de injusta, desumana.

CONCLUSÃO

As sentenças favoráveis aos reclamantes indicam nesse estudo a presença de um manifesto existencialista na Justiça do Trabalho da 8ª região.

Nesse sentido, há uma preocupação nas sentenças em analisar criteriosamente se a lesão alegada pelo reclamante é suficiente para configurar o seu impedimento de estar no mundo.

Buscou-se analisar nas sentenças o contexto, o histórico do reclamante para se analisar se a coerência entre o seu modo de vida e a interrupção lesiva alegada, fazendo-se um juízo de plausibilidade, dentro de uma lógica do presente e a perspectiva de futuro, averiguando-se até que ponto a dignidade do obreiro foi afetada, bem como se a reclamada não se desincumbiu de sua responsabilidade existencialista, humana e social de proteção aos seus trabalhadores.

O discurso existencialista das sentenças judiciais variou em três métodos de raciocínio: objetivista, subjetivista e sintético.

No método objetivista, em que o magistrado opta pelo racionalismo cartesiano, entendendo que não somente que tudo deve ser provado, mas sendo também extremamente rigoroso quanto à análise das provas, muitas vezes exigindo provas quase impossíveis do ponto de vista procedimental, já que o dano à existência envolve situações passadas, presentes e uma projeção do futuro, que deverá ser realizada pelo magistrado, através de um nexos virtual. Na metodologia objetivista entende-se que os registros materiais e as testemunhas são os elementos suficientes para a caracterização do dano existencial, o que poderá resultar em uma interpretação restritiva na análise desse tipo de dano, pois a materialidade das provas não é o único meio para se avaliar se houve lesão à existência. Analisaram-se 02 (duas) sentenças produzidas de forma cartesiana, das 8 investigadas. São elas as sentenças de números 3 e 8.

No método subjetivista se vê um predomínio da sensibilidade independentemente do conjunto probatório disponível nos autos do processo. Assim, o juiz se utiliza basicamente de um intuitivismo, com a presunção dos danos, a partir daquilo que pressupõe inerente ao ritmo de trabalho denunciado no processo trabalhista. Analisou-se apenas 1 sentença, das 8 investigadas, produzida de forma subjetivista, a de número 2.

No método sintético, caracterizado pela completude filosófica do dano existencial, faz com que informações materiais do passado e presente, e a intuição do magistrado acerca projeto de vida e de futuro existencial desse trabalhador, realizada através de um nexos virtual, que extrapola obviamente os limites materiais do processo, convirjam para a formação de uma fundamentação correta e uma decisão segura e justa. A maioria das sentenças prolatadas foram nesse sentido, juntando nexos causal com nexos virtual, havendo o número de 05 (três) julgados,

das 8 sentenças disponíveis, em que se consegue perceber o equilíbrio entre o racionalismo e o intuitivismo, as de número 1, 4, 5, 6 e 7.

Muitas sentenças trabalhistas ainda apresentam divergências do ponto de vista teórico, sem suficientemente diferenciar o dano existencial do dano moral, e do ponto de vista da proporcionalidade, como critério de solução de conflitos, apresentando ainda algumas sentenças ausência de bom senso, prudência, moderação, na fixação do quantum indenizatório, resultando em decisões inseguras, do ponto de vista jurídico, e inidôneas, porém a maior parte das sentenças convergem para uma análise sintética do processo, ponderando-se o uso da racionalidade e do intuitivismo, promovendo, portanto, uma justiça formal e substancial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. Dano existencial: a tutela da dignidade da pessoa humana. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 6, n. 24, mês out/dez, 2005. Disponível em: <www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/.../DANO%20EXISTENCIAL.doc>. Acesso em 10 jan 2016.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de; BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti. O dano existencial e o direito do trabalho. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doutrina_24160224_O_DANO_EXISTENCIAL_E_O_DIREITO_D_O_TRABALHO.aspx>. Acesso em 03 abr. 2016.

BIÃO, Fernanda; FROTA, Hidemberg Alves da. O dano ao projeto de vida: uma leitura à luz do humanismo existencial e do direito comparado. ANUARIO DE DERECHO CONSTITUCIONAL LATINOAMERICANO AÑO XVII, MONTEVIDEO, 2011, PP. 229-242, ISSN 1510-4974.

_____. O fundamento filosófico do dano existencial. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2653, 6 out. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17564>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. Código Civil. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAMPOS, Murilo de Mello. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade e o processo administrativo disciplinar. Caderno virtual v. 1, n. 23 (2011). JAN-JUL/2011. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/viewFile/544/358>>. Acesso em: 18 nov. 2017

FROTA, Hidemberg Alves da. Noções fundamentais sobre o dano existencial. Disponível em : <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/no%C3%A7%C3%B5es-fundamentais-sobre-o-dano-existencial>>. Acesso em 10 jan. 2016.

KONCIKOSKI, Marcos Antonio. Princípio da proporcionalidade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11050>. Acesso em 14 nov. 2016.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. Inventário epistemológico das ideias neocontratualistas do economista James Buchanan: a racionalidade econômica e sua aplicabilidade microsocial. In: Revista USCS, Direito, ano XI, n. 19, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/1093/898>. Acesso em: 09 mar.2017

MORI, Massimo. Nicola Abbagnano entre a filosofia da crise e a filosofia do compromisso. Tradução: Bartolomeu Leite da Silva (UFPB) e Danilo Vaz-Curado R. M. Costa (UNICAP). mês dez, 2014 Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/22177/12382>>. Acesso em 06 nov. 2016.

SANTOS, Romualdo Baptista. Critérios para fixação da indenização por dano moral. 2009. Disponível em: <<http://www.procuradoria.al.gov.br/centro-de-estudos/teses/xxxv-congresso-nacional-de-procuradores-de-estado/direito-civil/CRITERIOS%20PARA%20FIXACaO%20DA%20INDENIZACaO%20POR%20DANO%20MORAL.pdf>> . Acesso em 25 jan 2017.